

## CHAPADÃO DOS GAÚCHOS, MS — NÚCLEO DE UMA FRANJA PIONEIRA

Nadir Domingues Mendonça \*

### Introdução

Nas últimas décadas os estudos interdisciplinares e multidisciplinares têm ocupado interesse não só de pesquisadores como da Universidade tendo-os como critério prioritário para aprovação de projetos de pesquisa. Mas é na História que eles se impõem. Torna-se quase impossível tentar descrever e analisar uma sociedade sem incursionar nas áreas de estudos econômicos, políticos, sociológicos, geográficos e outros afins. Mormente, tratando-se de estudos de casos ou de comunidade, em que as fronteiras destas ciências apresentam-se menos nítidas.

Ao tentar uma pesquisa sobre uma comunidade numa área de fronteira agrícola este foi o maior desafio encontrado. Era impossível entrar nestes estudos sem ancorar nas teorias e conhecimentos de outras ciências. Foi encontrado um leque bastante rico de situações para um estudo multidisciplinar. Nesse sentido, o presente trabalho é um primeiro passo para um estudo mais aprofundado e especialmente mais abrangente.

A base da pesquisa é fortemente empírica, através de dados coletados "in loco" pelas técnicas da entrevista oral e da observação participante. Foram também manipulados dados estatísticos.

O suporte teórico buscou-se nos estudos sobre modernização da agricultura, através da incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Caminhou-se também na esteira dos trabalhos sobre processo de ajustamento de grupos sociais a novas condições.

Este trabalho sofreu, portanto, a influência de pressupostos de duas linhas de pesquisa. Destacam-se, aqui, as idéias fundamentais, apenas aquelas que podem sintetizar estas circunstâncias.

Foi um dos pilares de nossa investigação, identificar os interesses e grupos sociais implicados no núcleo analisado.

De José Graziano Silva colhemos: "A explicação para este processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil deve ser buscada não nas questões econômicas, mas sim nos interesses e poder dos grupos sociais envolvidos nesse processo. A escolha desse caminho foi uma questão eminentemente

\* Profª de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

política e, enquanto tal, só pode ser desvendada à luz dos conflitos que permearam a história recente da sociedade brasileira." (Silva, 1981 : 64)

Percorre caminho semelhante o pensamento de Manuel Correia de Andrade. Dele recolhemos a idéia que desdobra a visão do processo nos segmentos sociais. "A modernização capitalista que ora atinge a agricultura brasileira, por ser capitalista, tem como primeira preocupação a acumulação de capital, concentrado, nas mãos de grupos e empresas que já possuem capital ou que têm facilidade de acesso aos bancos oficiais ou de estrangeiros; mobilizando grandes somas em dinheiro para aquisição de terras, de máquinas para mobilização de braços e para implantação de projetos (...) Daí haver sempre no interior dos grandes empreendimentos um grupo de mão-de-obra, em grande parte qualificada, que é empregada permanentemente e que dispõe de habitações confortáveis e de garantias trabalhistas, ao lado de povoações, localizadas fora, mas nas imediações das propriedades, onde se aloja uma grande massa trabalhadora que depende da empresa para obter trabalho nos períodos do ano em que a mão-de-obra tem maior demanda (...) Este exército agrícola de reserva não goza das garantias trabalhistas e só esporadicamente é atingido por serviços sociais da grande empresa." (Andrade, 1979 : 62)

Foi com a preocupação de perceber o lugar dos diversos grupos sociais no Chapadão dos Gaúchos que se voltou esta pesquisa. Deste modo, esteve-se atenta também, para os estudos de migração. Paul Singer divulgou proposições para estudos, neste sentido, muito lúcidas. "Embora já exista um volume considerável de pesquisas sobre migrações em países não desenvolvidos, a maior parte se baseia em fundamentos teóricos diferentes dos aqui expostos. Tais fundamentos encaram as migrações essencialmente como parte integrante de um processo de modernização, o que leva a enfoques que não iluminam o caráter histórico do fenômeno nem seus condicionantes de classes. As proposições que se seguem pretendem apresentar um enfoque diferente, cujo mérito seria o de revelar o significado das migrações na constituição de uma economia capitalista com sua correspondente estrutura de classes." (...) A análise da integração do migrante deve ser considerada em sua situação de classe." (Singer, 1968: 51)

Nesta mesma linha é o pensamento de Itamar de Souza: "A estrutura social é uma categoria analítica que nos permite apreender as relações de interdependência que os agrupamentos sociais mantêm entre si nos diversos momentos históricos de sua existência social." (Souza, 1984:33)

A metodologia, foi deste modo, calcada em coleta e análise dos dados, o que possibilitou essa visão distinta de classes e segmentos sociais. Utilizou-se amostras estratificadas para as entrevistas em que se considerou: proprietários e arrendatários; mão-de-obra especializada e trabalhadores não qualificados como categorias rurais. Além disto, consideraram-se as categorias urbanas de proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e de serviços e do funcionalismo público.

## A Região do Chapadão

Chapadão do Sul, hoje município, foi até 1988, distrito do município de Cassilândia. O nome oficial é Chapadão do Sul, mas continua sendo referido como Chapadão dos Gaúchos. Caminho dos boiadeiros, que conduziam suas boiadas do Pantanal, subindo Coxim, em direção ao Aporé, aí fazendo pousada, uma das tantas, de 18 em 18 km diários. Esta, diferenciava-se das outras, uma chapada com altitudes acima de 800m, onde encontravam o refrigerio após muitas jornadas escaldantes. A denominação de Pouso Frio, dada pelos boiadeiros, permaneceu até a chegada de sul-riograndenses, em 1972, quando o lugar passou a ser conhecido como Chapadão dos Gaúchos. Não seria mais pousada, simplesmente, nem marcada por patas de bois, mas terras revolvidas por modernas máquinas e irrigada pelo suor de homens que produziam riquezas, ali, naquela região dita inóspita e improduti-va.

Chapadão é um relevo de topo plano. O Chapadão dos Gaúchos não coincide com a região geomorfológica. De um lado, estende-se por área superior — ocupada pelo atual ciclo de cultivo — abrangendo parte dos municípios de Costa Rica, Paranaíba e Cassilândia. Por outro, avança em uma área de características distintas dos chapadões, a que circunda o próprio chapadão, de solo arenoso.

A vegetação que ocorre nestes chapadões é a Savana-Parque árvores esparsas com farta cobertura de gramíneas. Isto possibilitou, desde os primórdios da ocupação pelo homem nesta região, a atividade criatória extensiva.

Até o plantio da soja, com a introdução de modernas técnicas, as terras eram pouco valorizadas pelos pecuaristas da região, os quais atribuíam-lhe uma doença endêmica peculiar ao gado, denominada regionalmente "peste de secar". Deste modo, o gado na época do inverno (período seco) era posto no Chapadão para descer no verão.

Chapadão dos Gaúchos foi nome pejorativo, na região não acreditavam que aquele cerrado de solo pobre, por falta de calcáreo e boas aguadas, onde o gado ficava com a doença da "cara inchada", pudesse devolver riqueza em troca do trabalho. Os homens seriam visionários, loucos, quem sabe, aventureiros. O tempo provou o contrário, a riqueza transformou a região, e, crescendo com o novo estado, Mato Grosso do Sul, o Chapadão marcou a transição de pastoril para moderna agricultura.

## Fatores de Migração

Já é tradição dos gaúchos migrarem para a região (abrangida hoje pelos dois estados), de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Existem descendentes de gaúchos, vindos após a Guerra do Paraguai. A partir de 1940, esboçou-se essa tendência à emigração gaúcha para Mato Grosso. Desde quando parti-

ciparam, na região de Dourados e Ponta Porã, na abertura dos Campos de Vacaria. Fazia parte da política Getulista da Marcha para o Oeste. Na década de 40 eram chamados "os bombachudos" (pelo uso da bombacha e com sentido pejorativo). Mas foi a década de 60 que tornou o Centro-Oeste a grande atração para os migrantes de todo o Brasil, e especialmente para os da região Sul.

Em vários núcleos do estado de Mato Grosso do Sul a colonização foi realizada por gaúchos, além daqueles que penetraram como colonos. O Chapadão dos Gaúchos é um destes núcleos, de penetração, na década de 70; inserido na fase do "Milagre Brasileiro", da "modernização dolorosa". A ocupação do Chapadão, portanto, faz parte da dinâmica da expansão da agricultura brasileira no ciclo econômico iniciado em 1967. Caracterizado pela incorporação de novas áreas, consideradas estagnadas e sem valor que passaram a ser utilizadas para lavouras de grande capital e alta tecnologia. No entanto, há necessidade de se tomar a estrutura social como uma categoria analítica, porque diferentes foram os motivos da migração para estes estratos.

Das zonas de Santa Rosa e Erechim vieram os maiores contingentes para o Chapadão. Modificações no quadro agrário com a introdução da mecanização acentuava-se desde o final da década de 60, naquela região. O excessivo fracionamento das propriedades rurais, simultâneo à demanda de maiores extensões de terra pelos que se enriqueceram com a lavoura (primeiro o trigo, depois a soja) foram os fatores da dinâmica rural nesta zona do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, destaca-se o Centro-Oeste como pólo de atração, pelas terras disponíveis e política de incentivos.

Os proprietários dos latifúndios hoje existentes no Chapadão, no entanto, permaneceram no Rio Grande do Sul. Homens da indústria calçadista investiram o capital excedente em terras, constituindo, hoje, as maiores fazendas daquela região. Eles provocaram o deslocamento de muitos gaúchos para trabalharem em suas fazendas.

"Tanto a Schmidt, quanto a Campo Bom e a Cattéia (indústrias de calçado e amizades antigas dos proprietários) procuravam uma região no MS ou MT para investir. No início, não sabiam que região mas já haviam pensado nisso como uma espécie de aventura". (Sady Schmidt, 29.5.86, entrevista).

Deste modo, percebe-se a migração do capital gerado na indústria gaúcha para implantação de empresas agro-pecuárias no Centro-Oeste. O motivo da migração de operários e de elementos da classe média urbana resultou da busca de empregos, do que, também, se ressentia o Rio Grande do Sul. Mas houve ainda uma migração da classe média rural, bem sucedida nas safras de soja, em busca de novas terras de que careciam os lavoureiros gaúchos.

## Os Pioneiros

Foi em 1972, que um homem dos novos tempos do Brasil, do avanço para

mais uma frente pioneira, aterrissou em monomotor, Cessna, 170. Era um gaúcho, Júlio Alves Martins, piloto e corretor, novas categorias decorrentes do crescimento de país. A imensidão das terras, os despovoados, a concentração da renda, a urgência do reinvestimento, o deslocamento para nova fronteira agrícola exigiam, agora, um novo tipo de pioneiro. Não mais como na primeira metade do século, de início, na esteira das ferrovias, depois, dos tempos heróicos do Ford. O caminhão revolucionara a circulação, ficaram para trás as tropas de muares e os pesados e lentos carros de bois. Para década de 70, do chamado "milagre brasileiro", o caminhão não era suficiente, fazia-se necessário o avião. O grande capital, a tecnologia avançada, o avião, o espírito empreendedor, a política governamental de estímulo às grandes lavouras de exportação foram os fatores que, modernizando e enriquecendo o país, não alteraram suas estruturas econômica e social. Nesta conjuntura nascia o Chapadão.

Júlio Alves Martins, com sua visão de homem de negócios e seu monomotor, logo substituído por um bimotor, trouxe do Rio Grande do Sul os homens de muito capital, conhecedores de alta tecnologia e de mentalidade investidora. Junto com estes, os anônimos da história os que não terão seus nomes nos registros históricos, o administrador, o técnico, o tratorista, o homem das máquinas, o do almoxarifado, a professora, a agrônomo, o contabilista. Menos ainda, o do "pau preto", aqueles que limpam a área, cortam linha, mão-de-obra rotativa; entram hoje, saem amanhã, sem saber quais são os seus direitos.

Iniciava a história de um núcleo, de mais de uma franja pioneira.

### **Uma História Nova e Rica**

Em 1972, Júlio Alves Martins transacionou o negócio de 25.000 hectares de terra entre o vendedor, Carmeno Giansante, paulista de Bauru e o comprador, José Vicente da Silva, gaúcho de Santo Augusto. O negócio pareceu bom às partes, as terras eram desacreditadas para qualquer tipo de produção, cerrado inóspito, interessava ao paulista desfazer-se delas. Para o gaúcho, representava trocar sua propriedade, de menos de 500, por 25.000 hectares, por preço irrisório. Enquanto no Rio Grande do Sul precisava, naquela época, 100 sacos de soja para pagar um ha, aqui, o fazia com menos de um saco, 46 quilos de soja. E com 16 meses para pagar a segunda metade do preço total. O corretor recebeu comissão de ambos os lados e prosseguiu, com seu avião, agenciando novos negócios. A história acelerou-se, com a vinda de novos gaúchos de Santo Augusto, Palmeira das Missões, Ijuí, todos com tradição agrícola. De 72 a 75, em lugar das árvores, derrubadas a trator, as espigas de arroz douravam o antigo cerrado do chapadão. Mas era preciso muito capital, muito trabalho, muita audácia e persistência. Entretanto, isto não bastaria, foi necessário percorrer os tortuosos caminhos da política. É tão difícil e complicado!

Nos primeiros anos, o cultivo do arroz frustrou a expectativa dos lavou-

reiros, o fracasso decorria da falta de condições para armazenagem e coheitadeiras suficientes. Os bancos não financiavam, mas no início de 73, depois de contatos com Brasília, forneceram empréstimos, exigindo garantias de terras no Rio Grande do Sul. Os tomadores precisavam ter cadastros no Sul, deste modo, vinculando as agências de lá, com as de Mato Grosso — Alto Araguaia e Paranaíba. Neste sentido, a divisão do estado, com a criação de Mato Grosso do Sul, veio favorecer o trabalho dos pioneiros, e a prosperidade da região.

Após 1975, a grande virada no Chapadão. O capital oriundo da indústria e o emprego de alta tecnologia numa cultura de exportação, a soja, encontraram a política governamental de subsídios à agricultura, com juros baixos para a compra de insumos como maquinários e defensivos agrícolas. Dava-se o consórcio do capital nacional com o capital das multinacionais. Os grandes grupos estabeleciam-se no Chapadão, não mais que meia dúzia, e concentraram a terra. Foram comprando as fazendas que não haviam prosperado e investindo na terra o capital, que não encontrava mais espaço na indústria de calçados.

O primeiro grupo forte, Joaquim Oliveira, de Pelotas, formara capital no comércio, ligado ao grupo de supermercado Real. Em seguida, os das indústrias de calçados, grupo Reichert, com a fazenda Campo Bom, hoje 42.000 ha; o grupo Schimtd, 28.000 ha na fazenda Ribeirão; Catléia, com extensão menor, mas 7.600 ha. Outros grupos fortes aí se estabeleceram, como a Kasper. Também entrou capital italiano, são os casos das fazendas São Marcos e Mimoso.

A entrada do grande capital trouxe para o Chapadão, uma nova mentalidade, uma estrutura empresarial na agricultura. Nas terras desertas, de uma região essencialmente pastoril, implantava-se a grande empresa agropecuária. E cada grande fazenda tornou-se um mundo isolado, todas dotadas de infra-estrutura, luz elétrica, telefone, rádio, oficinas, escola, minimercado, silos para armazenamento dos grãos e pouso para aviões.

As maiores fornecem, sem estar embutido no salário, cômodo, refeições e roupa lavada para os solteiros. As famílias têm moradia, luz, água, telefone e leite. Uma vez por semana recebem a visita do médico na fazenda e o pagamento dos empregados é feito com o deslocamento de um funcionário do banco até a fazenda. Existe escola para as crianças até a 4ª série, depois frequentam a da sede do município.

A fazenda Ribeirão conta com uma horta comunitária e um funcionário para cultivá-la. Possuem clube de mães, onde discutem e decidem os problemas de sua comunidade. Dispõem de quadra para jogar futebol e as mulheres têm academia de ginástica, tanto a Ribeirão, quanto a Campo Bom.

A Campo Bom coloca um micro-ônibus circulando entre a fazenda e a sede do distrito, os usuários são funcionários e seus familiares.

O início da soja foi em 1976, foram plantadas 120 ha na fazenda do pioneiro, Júlio Martins. Neste ano, o serviço de aerofotogrametria norte-ameri-

cano registrou além de dois bananais da fazenda Goiabal, a primeira lavoura de soja. Algo inusitado naqueles ermos cerrados. O registro consta no mapa da cabeceira do Rio Aporé, IBGE, Brasília, 1976.

O capital gaúcho estava no preparo da terra, no cultivo, na colheita, no cuidado das calamitosas estradas, gerando impostos para Cassilândia, Costa Rica, Paranaíba, sem os empréstimos bancários. Em 1978, quando 6.000 ha de soja atestavam a força do capital e do trabalho, o ministro da agricultura, Alison Paulineli e diretores do Banco do Brasil visitaram o Chapadão, a convite dos sojicultores. Foram, então obtidos financiamentos para a correção do solo. Coincidia com a política de expansão do crédito para custeio. Esta assistência creditícia do Banco do Brasil passara de aproximadamente, 450,0 mil o número de financiamentos, 1973, para 630,0 mil em 1978. Correspondia às expressivas taxas de crescimento real da produção agrícola, com a incorporação de novas áreas, maior demanda de crédito para o custeio. Em 1975, o ministro Reis Veloso já declarara:

"Mas o cerrado não gosta de agricultura tradicional, e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização." (Jornal do Brasil, 14.04.75).

A expansão da produção de soja possibilitou um processo acelerado de acumulação na indústria de insumos e máquinas e das empresas de comercialização, na década de 70. O Brasil até então mercado importador passou a ter programas para inverter esta situação, tais como o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas. A expansão do consumo de fertilizantes e defensivos passou a ser intensa graças à política governamental de subsídios ao seu preço e de juros subsidiados para sua compra. O crédito era vinculado à compra de máquinas e agrotóxicos, tornando-se as grandes empresas fornecedoras destes produtos as maiores beneficiadas.

Isto explica porque na retaguarda dos grupos que investiram na cultura de exportação, instalaram-se no Chapadão, concessionárias da Chayton, Massey-Fergusson, Ideal, SLC, CBT. Bem como tornou-se grande o faturamento dos revendedores da Shell, Ciba, Basf, Manah, Trevo, Mitsui. Na comercialização fizeram-se presentes a CEVAL, ligada ao grupo Hering, a CO-TRISA (Cooperativa Triticola de Santa Rosa - RS) e o grupo Zamboni, entre outros.

A grande empresa capitalista agropecuária nas áreas de fronteira tornou-se, de imediato, rentável pela apropriação de grande extensão de terras sem a necessidade de imobilizar grande soma de dinheiro, além de dispor de subsídios para a compra de insumos com juros baixos.

Deste modo, a história do Chapadão dos Gaúchos insere-se ao processo de modernização da agricultura. Modelo de desenvolvimento capitalista monopolista dependente, centrado na expansão das grandes empresas de capital estrangeiro, nacional e estatal. É suficiente para tanto, acrescentar que o preço da soja brasileira resulta da interação dos preços internacionais, da

intervenção do Estado e da manipulação das grandes empresas de comercialização e processamento.

Hoje, a região, além de soja, é rica em arroz e milho. Além disto, algumas fazendas consorciando a agricultura com a pecuária estão empregando alta tecnologia. Tal é o caso, por exemplo, da fazenda Ribeirão que utiliza a técnica de confinamento para engorda.

### O Caminho da Emancipação

Eles lutaram primeiro contra o cerrado, derrubando e colvando o mato. Depois, envidaram no solo o seu esforço, corrigindo-o com calcário. Suas máquinas trabalhavam na lavoura, na época do plantio e da colheita, e nas estradas no período de comercialização, no combate aos danos das voçorocas. Mas a batalha não se esgotava aí. Além da riqueza era uma comunidade que surgia. E tiveram que enfrentar, reivindicando e pressionando, os governos federal, estadual e municipal.

Um combate foi pela rodovia, conseguida somente em 1985, com o asfaltamento de Cassilândia ao Chapadão e daí até Costa Rica, durante o governo de Marcelo Miranda. O outro, foi motivado por questões políticas em torno da criação do distrito, depois do município.

O Chapadão expandiu-se não só com as grandes empresas agropecuárias, há em torno de 50 estabelecimentos que possuem uma extensão entre 2.000 a 4.000 ha e quase uma centena deles ficam entre 500 e 2.000 ha. Os proprietários das maiores fazendas continuaram residindo no Rio Grande do Sul e deram à sua empresa a infra-estrutura necessária.

Mas, os fazendeiros que trouxeram suas famílias, encontrando problemas, empenharam-se, desde logo, para formação da infra-estrutura de que dispunha apenas aquela meia dúzia de empresas.

E Júlio Martins que deu início ao rural, seria o articulador do núcleo urbano. Repetia-se, apesar das particularidades, a evolução das frentes pioneiras, o embrião rural, a sede urbana em torno, um pioneiro líder, o loteador.

Júlio, em 1979, declarou ao "Grifo" (set. 79): "Muita gente não tem coragem de vir morar com a família no Chapadão por causa do isolamento, da falta de serviços e do conforto que só a cidade pode oferecer. Nesta cidade que vamos fundar poderão morar tanto os operários das fazendas vizinhas que terão escolas para os filhos, hospitais e tudo mais, até os técnicos, engenheiros, e mesmo os proprietários das fazendas."

Para o mesmo número de revista, referindo-se à dificuldade de atrair profissionais qualificados para a fazenda pela inexistência de uma cidade a menos de 100 quilômetros de distância, dizia Dr. Sérgio Irineu Marocco, professor universitário no RS, engenheiro agrônomo e dos primeiros proprietários:



"Só a cidade pode por fim a esse tipo de problema. E só assim que nós conseguiremos atrair os técnicos e operadores qualificados para manter nossos tratores e equipamentos. Só depois da cidade, muitos como eu vão poder trazer suas famílias para cá definitivamente. A existência de uma cidade no Chapadão não é um sonho, é uma urgência para o crescimento econômico da região. Temos tudo para fazer aqui um pólo arrematador da coletividade, com luz elétrica, água de poços artesianos, igrejas, casas bancárias e comerciais. Temos tudo que for necessário. Nossa arrecadação dá plenas condições para a manutenção do município e da nova cidade." (Grifo, set. 79).

A dificuldade maior da obra iniciada em 1979, não foi econômica e sim política. Neste ano, Júlio Martins, deu providências para lotear uma gleba de 400 ha de sua propriedade. Proprietário, portanto, das terras e da imobiliária que a lotearia. Sob o signo da imobiliária Julimar surgiu o novo núcleo urbano, dispondo de banco, posto de saúde, telefone, igrejas, escolas, restaurantes, supermercados, farmácia. E o núcleo cresceu com rapidez.

Na caminhada para a emancipação os conflitos manifestaram-se a nível político. O governo de Cassilândia, município do qual fazia parte a maior extensão do Chapadão, opunha-se ao desmembramento. Afinal, 70% de sua receita era gerada pelo novo distrito. O próprio governo estadual esteve envolvido. Na gestão Pedro Pedrossian, da fase do autoritarismo e casulismo do regime militar, afora as manobras para desfazer o que seu antecessor Marcelo Miranda, simpático ao Chapadão, realizara, registra-se um fato, não inusitado no período, mas juridicamente aberrante.

Os moradores do núcleo interessados em transformá-lo em distrito, encaminharam projeto ao legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul. Em 11.12.1980 sob lei nº 180 era criado o distrito do Chapadão do Sul com sede na localidade de Julimar, no município de Cassilândia. O 2º artigo rezava sobre os limites, incluindo as áreas descontinuas do município de Paranaíba. A conhecida denominação de Chapadão dos Gaúchos foi abandonada por Chapadão do Sul a fim de evitar problemas entre gaúchos, que já não estavam sozinhos. De Santa Catarina e Paraná também procediam muitos moradores.

Mas, eis que em 30.12.81 sob lei nº 324 o mesmo governador que sancionara e a mesma Assembléia Legislativa que decretara, alteraram a lei anterior. Dizia a nova lei em seu artigo 1º: "Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 180.11.12.80 alterada pela lei nº 248 de 01.07.81 que criou o distrito de São Pedro de Apaporé." No entanto, o 2º artigo tanto da nº 180, quanto da nº 324, que tratam dos limites do distrito, permanecem idênticos. A troca está na denominação do distrito, referindo-se a Chapadão do Sul, a primeira, e a última a São Pedro do Apaporé. A intenção do governador era política, aproximavam-se as eleições, assim poderiam evidenciar seu interesse pela região. Os termos, Pedro, em referência ao governador, Apaporé, a ligação dos rios Apa e Aporé = São Pedro do Apaporé.

Dois grandes erros podem ser, no mínimo, imputados a esta lei. O primeiro, mais grave, o desrespeito ao desejo de uma comunidade, e à própria lei e órgãos governamentais, pois que após consultada população fora decretada pela mesma assembleia, dizendo alterar o 2º artigo, que trata dos limites, não o faz, e, alterando o que não se refere, o nome do distrito, certamente, torna-se nula pela ambigüidade. Em vez desta via, a população usou a política e procedeu a um plebiscito (18.08.85). Em 958 eleitores registraram-se apenas 05 votos contra o primeiro nome e 04 foram considerados nulos. O distrito voltou a ser denominado Chapadão do Sul e o governador Pedro Pedrosian perdeu as eleições no Chapadão.

A luta, no entanto, prosseguiu, com a tramitação na Assembleia Legislativa do projeto de lei 013/86 encaminhado pelo deputado Benedito Leal, que criava o município de Chapadão do Sul, com sede na vila do mesmo nome. A questão passou para a esfera municipal, Cassilândia não querendo perder os impostos gerados pelo Chapadão.

Toda infra-estrutura foi de iniciativa particular. Energia elétrica, água, telefone, televisão, foram implantados com capital dos fazendeiros.

O problema arrastou-se, mas foi resolvido. A primeira eleição para o executivo e legislativo do Chapadão do Sul foi em 15.11.88.

### **A Fisionomia Sócio-Econômica do Chapadão**

Embora as características do Chapadão o aproximem de outras frentes pioneiras, é possível identificar alguns traços que o tornam distinto das demais.

Geralmente, as fronteiras agrícolas atraem, inicialmente, os que não possuem grande capital, migram das regiões onde a terra atingiu um alto valor. Saem por iniciativa própria ou estimulados por medidas governamentais na área pioneira. É o processo, sempre repetido, de adiamento de uma reforma agrária e que servem para aliviar as tensões sociais onde a fronteira agrícola já fechou. Os primeiros, limpam a área e iniciam as culturas, atrás vêm os grandes capitalistas que vão concentrando a terra, aumentando o tamanho dos latifúndios. Ocorrem, na maioria das vezes, grandes conflitos, com proprietários, grileiros e posseiros.

Não se caracterizou, a região, por problemas de violência em relação à posse da terra. No entanto eles não estiveram de todo ausentes. Provocados por grilagem no início da ocupação, a partir dos anos 60, através da compra de direitos de títulos de terra adquiridos antes de 70. No final da década, em 1979, ocorreram conflitos nos loteamentos do INCRA.

No Chapadão o início foi com o grande capital, oriundo da indústria ou do comércio, os proprietários destas grandes empresas permaneceram no Rio Grande do Sul. A migração foi de técnicos, de administradores e de trabalhadores menos qualificados. Ao lado das gigantescas empresas, as médias e

pequenas (nos padrões da região) precisavam aplicar muito capital e alta tecnologia, dadas as condições naturais e políticas já apontadas.

O Chapadão dos Gaúchos não se constitui só de proprietários. É expressivo o número de parcelos e arrendatários. Mas estes contratos assumem formas diferentes no Chapadão. A parceria é um contrato como se fosse arrendamento. No primeiro ano há um compromisso de um saco por ha, dois no segundo, e assim por diante, não havendo vinculação da parte a ser entregue ao proprietário da terra e o resultado da colheita. O produtor não tem garantia, pode ser despejado a partir do 5º ano, quando já tratou a terra e a valorizou. Consta, ainda, no contrato de parceria, descaracterizando-o, um adendo que estipula comissão fixa. O arrendamento, normalmente é pago em dinheiro, nunca em espécie. Mas no Chapadão é especificado em dinheiro e o proprietário já passa a quitação para o período do contrato. Vinculado a este, um outro contrato de compra e venda em que o produtor se obriga a entregar tantos sacos no primeiro ano, tantos no segundo, etc. No contrato o dono da terra aparece como comprador de soja.

As pequenas e médias empresas, de forma geral, não mantinham vínculo empregatício com os trabalhadores. Predominava a relação de trabalho comissionado. O empreiteiro (gato) era o intermediário entre os "peões de trecho" e o dono do trabalho. Eram feitas empreitadas para "catação de raiz" e para o "enleiramento", tarefas decorrentes da derrubada das árvores do cerrado. Hoje, estas tarefas quase não se realizam mais, nada sobrou do cerrado. O chapadão é uma vasta lavoura. Em relação à mão-de-obra é interessante referir que a qualificada vem do Rio Grande do Sul e a não-especializada é oriunda da própria região.

A colonização gaúcha com base na grande lavoura não alterou a economia pecuária porque se estabeleceu em áreas não ocupadas com o criatório. No registro do INCRA constava como "terra inaproveitável". Mas se não diminuiu a extensão da terra para a criação de gado, provocou influências de modernização. O uso do arame para separar a pecuária da soja, a valorização da terra, o asfaltamento das estradas e a mecanização da lavoura chegaram no Mato Grosso do Sul com estes núcleos pioneiros. Os antigos pecuaristas costumavam dizer: "comprou um trator, comprou uma onça para comer o seu gado". O padrão de criação também foi influenciado, pelo aprimoramento das raças. Generaliza-se o Nelore para corte e a cruzada de holandês e zebu para o leite. Antes predominava o Guzerá e o Caracu, entre outras raças mais rústicas.

A introdução de uma lavoura altamente mecanizada, em uma região de pecuária tradicional e em área considerada sem valor comercial nem agricultável, por um grupo oriundo de cultura diferente, gerou uma comunidade distinta do estado onde se inseriu.

Em sua origem 90% da população era de gaúchos, hoje ainda mais de 50%, o restante é procedente do Paraná e Santa Catarina. Embora muitos sejam gaúchos que fizeram um estágio na migração naqueles estados.

Desde modo, muitos valores, comportamentos, normas, linguagem foram transplantados do Rio Grande do Sul para o cerrado. Assim nos arrendamentos, as cláusulas do contrato eram dadas pelo arrendatário, na maioria das vezes, por 6 anos, alguns com o compromisso de pagarem com um número fixo de sacos ou com uma porcentagem, sempre abaixo do usual no RS. Havia casos em que o proprietário arrendava a terra para o cultivo apenas com a obrigação do ocupante entregar a pastagem formada. Hoje pelo alto custo da lavoura e alto valor das terras não há esta proposta na região.

Impôs-se, na região, uma forma, até então, não costumeira, o arrendamento de terra para grande lavoura. Os contratos, em geral, rezam, além do pagamento do arrendamento pelo uso do solo, um percentual de produtividade, que o proprietário recebe a cada safra. Isto criou uma modalidade nova de vida para alguns, a possibilidade de viver de renda de terra, antes sem valor.

Desde sua origem marcada pela vinculação do capital industrial gaúcho, tornou-se uma extensão do RS. A comunidade não respeita o fuso horário do estado de Mato Grosso do Sul, uma hora menos. Conservam o horário de Brasília, pela necessidade das ligações telefônicas ou por rádio, no horário do expediente das fábricas no Rio Grande do Sul. A sede do distrito, também adotou este horário, somente a agência bancária segue o fuso horário de Mato Grosso do Sul. Mesmo a escola, que é estadual, guia-se pelo "horário oficial" para a comunidade, oficial é o de Brasília.

Diariamente chegam ao Chapadão, fazendas e sede do município, os jornais do sul, Zero Hora e Gazeta Mercantil. Erva-mate, vinho e arroz gaúcho abastecem os supermercados. A região é grande produtora de arroz do seco, enquanto as qualidades no RS são de cultura irrigada, estas continuam na preferência de muitos gaúchos. Num estado onde o tratamento usual é o "você, enquistou-se uma comunidade que, na maioria, permanece empregando o "tu".

Dos entrevistados, proprietários e empregados, dizem que não voltarão a morar no Rio Grande do Sul, mas falam com orgulho e saudade de sua terra natal.

Percebe-se uma ambigüidade entre seus sentimentos, seu discurso e sua ação. Optaram pelo Chapadão pelo aspecto econômico e viram a riqueza surgir da produção da terra. Colocaram-se, desde o início, como superiores, neste sentido, em relação aos matogrossenses. No entanto, ao referirem-se à produtividade e alta tecnologia produzida por eles, aqui, expressam sua superioridade em cotejo com a produção do Rio Grande do Sul. E, de fato, estatisticamente há argumentos. A produtividade média de produção da soja no Chapadão é de 42 sacos por hectares, superior a média dos Estados Unidos, a nível de país, que é de 38 a 40, enquanto o Rio Grande do Sul fica com 25 sacos por hectares.

Muitas fazendas foram denominadas com os nomes do lugar de origem do

fazendeiro gaúcho, o que evidencia a permanência de vínculos fortes, tais como Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Carazinho, Campo Bom, Herval Novo. Algumas referem-se a termos históricos ou ao nome da fábrica, assim, Charua, Rubicano, Catléia.

As entrevistas sobre a política nacional, com o pessoal qualificado evidenciaram outro tipo de ambigüidade, ora defendendo o interesse da empresa onde trabalham, ora percebendo que algumas medidas não lhe são favoráveis. Há uma confusão entre o ser gaúcho e ter trazido riqueza para o centro-oeste e a relação de trabalho que se estabelece na empresa.

A busca de maior produtividade e o emprego de alta tecnologia caracterizando a grande empresa agropecuária calcou toda a organização nos moldes da empresa industrial. Isto estende-se às relações de trabalho, os funcionários têm assistência médica, social, alimentação, alojamento, carteira de trabalho e prêmio de produção. Outra norma transferida é a exigência da dedicação exclusiva, o trabalhador deve dar tempo integral à empresa. Entretanto, coexiste com essa relação de trabalho capitalista, na fazenda, o trabalhador temporário são aqueles que ficam sob a dependência do empregado. De outro lado, fica difícil uma conscientização e mobilização de classe pelos mundos isolados que se estabelecem em cada fazenda.

### **A outra Face do Chapadão**

Na área do Chapadão houve um caso de desapropriação pelo INCRA, da fazenda YACULT, grupo japonês, que é importante referir.

O projeto pretendia reassentar 800 famílias de lavradores, desalojadas com a construção da represa de Itaipu, dividindo-as em lotes de 18 ha. A área desapropriada constara no documento como de 24.000 ha, na realidade sua extensão é de 18.000 ha. Resta saber, em termos das transações entre o governo e o proprietário, em que critérios foi feito este pagamento.

E o resultado do assentamento dos colonos? Foi o que se poderia esperar, para quem tivesse o mínimo de conhecimento da região.

Se houvessem colocado nas favelas estas famílias estariam em melhores condições. Foram largados, o termo é adequado, dentro do cerrado inóspito, solo de areia branca, sem nenhum recurso e assistência. A maioria já dispersou. Como sobreviver em uma região que exige derrubada de árvores por homens que não dispunham de nenhum implemento? Como corrigir o solo sem capital e sem orientação? Os miseráveis barracos abandonados e a marginalização em que sobrevivem alguns estão a agredir a pujança do grande Chapadão.

Em 1979 tornou-se, essa região dos loteamentos do INCRA, numa área de conflitos com envolvimento da Igreja, apoiando os colonos. Os proprietários dessas terras, hoje, não são os originários do assentamento, endividados

ram-se no armazem Fanele e pagaram suas dívidas entregando as terras. Isto gerou um problema com os títulos das terras conseguidos com procuração irrevogável e sem prazo. O INCRA deu a carta de assentamento, mas quem detém o documento é o procurador, que não pode legalizar a posse da terra.

Este mecanismo burocrático do INCRA provocou o fracasso dos colonos. Sem o título da terra não recebiam a carta de anuência do INCRA e não podiam financiar nos bancos. Isto ocorria numa época (o chamado "milagre brasileiro") em que o financiamento agrícola para o Centro-Oeste, era de 7% ao mês, um juro diferenciado das outras regiões. Só quem tem garantias pode tomar empréstimos. E os problemas eram enormes, falta de água no cerrado, necessidade de adubos, do calcáreo e sem maquinário.

O destino destes colonos que já haviam saído da região do Guaira, pelo inundamento de suas terras foi diversificado; mas em nada diferente do que ainda ocorre nas fronteiras agrícolas. Alguns subiram especialmente para Rondônia e Maranhão. Outros transformaram-se em trabalhadores das fazendas vizinhas, Campo Bom e Ribeirão.

Outros ainda, foram para a área de serviços urbanos, (construção, mecânica, açougue etc.).

Esta brutal realidade contrastando com o grande capital e a alta tecnologia empregados no Chapadão do Sul estão a atestar, mais uma vez, a urgência do governo levar a sério uma reforma agrária. Mas de um projeto que viabilize a produção dos pequenos. As afirmações de que "eles não querem trabalhar", "não têm tradição agrícola" não servem mais para justificar os erros e descaso dos órgãos governamentais, com uma questão que se agrava cada vez mais. Basta apenas uma referência para constatar o agravamento; até 1964 a luta pela terra era dos que nelas estavam, como através das "ligas Camponesas", hoje é pelos acampados em lugares públicos, "os sem terra".

## Conclusão

A conclusão geral é por demais óbvia, por já ser lugar comum nos estudos de Ciências Sociais. Estas disparidades são, fruto do modelo dependente e concentrador, que perpetua o papel do Brasil, no lugar que lhe coube pela divisão social do trabalho, criado na fase monopolista do capitalismo. A agricultura continua responsável por 60% das exportações brasileiras, era uma contribuição significativa, portanto, para o equilíbrio do balanço de pagamento. Esta estrutura precisava ser mantida para que se continuasse tentando pagar a dívida externa, e se permanecesse dependente.

A partir de 1987, o problema da dívida externa agigantou-se de tal maneira, que hoje, (abril, 1989) é insustentável. O estrangulamento da economia, por uma alta inflacionária desenfreada desafia todos os planos do governo Sarney. Evidencia-se a inoperância da estrutura concentrada de terras

e renda para o desenvolvimento do país como um todo. E, mais grave é o problema gerado na periferia, uma miséria crônica, pela perda dos padrões mínimos de vida humana.

Os conflitos pela terra permanecem, estão vivos. A prometida reforma agrária não se fez e os órgãos que a implementariam foram extintos. As frentes pioneiras estão terminando porque as fronteiras agrícolas estão se fechando, a última é a Amazônia, legal, — tão problemática. Quais podem ser os prognósticos para um prazo muito curto? A questão fica em aberto, porque este trabalho não se propunha a esta análise.

Foi possível caracterizar o Chapadão dos Gaúchos, MS, como uma comunidade inserida no processo da frente pioneira do Centro-Oeste brasileiro. Marcha que atendeu ao processo secular do monopólio da terra. O capital empregado nas propriedades de terras, e na sua produção, em sua maior parte é de procedência de Gaúchos. Capital em seu maior volume oriundo da indústria calçadista gaúcha. Encontram-se também, capital estrangeiro, notadamente, italiano.

O capital empregado na área do comércio que atende aos equipamentos e insumos é, hegemonicamente, de multinacionais. Há interesse tanto do governo nacional quanto do Estado de Mato Grosso do Sul pelo desenvolvimento da região, comprovado pela política de transporte. Embora isso não se evidenciasse em seus primórdios, (início anos 70).

As relações sociais de trabalho no campo são variadas, desde o assalariado até relações de trabalho pré-capitalistas. Nos serviços urbanos caracterizam-se pelo assalariamento.

A integração dos migrantes à região, dá-se de forma singular. Havia quase 100% de moradores gaúchos no início e mantendo a maioria hoje; deu-se quase um transplante da cultura gaúcha para o Chapadão. Mesmo porque as técnicas dos novos moradores mostram-se superiores aos primitivos habitantes da região. A superioridade reside também, no volume do capital investido.

Toda produção de soja, milho, arroz e gado gerava 70% da arrecadação de impostos de Cassilândia, município do qual fazia parte o Chapadão. Isto foi fator da reivindicação de autonomia como município e da resistência do governo Cassilandense em aceitar a situação.

A produção caracteriza-se pela alta tecnologia utilizada.

A motivação dos migrantes gaúchos para o Chapadão insere-se nos moldes dos demais movimentos migratórios, o processo de concentração de terras e crescimento das lavouras.

Verifica-se a ocorrência de poucos conflitos por legalização de terras. Os maiores conflitos ocorrem a nível de concorrência entre grandes e pequenos proprietários.

Os problemas políticos e sociais, em sua maioria, são resolvidos via política estadual, através do fluxo: favor eleitoral e trânsito de influências na comunidade.

É indiscutível, por ser notório, o desenvolvimento alcançado pela região em decorrência desta franja pioneira. Como é indiscutível a permanência dos processos de concentração de terra por uma classe favorecida e de expulsão do campo de uma classe desprivilegiada. Processos seculares.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes orais

#### 1.1 Entrevistas:

- Antenor José Ferreira — Três Lagoas, em 8.5.86
- Cleci Bogaçki — Chapadão do Sul, em 14.6.86
- Cleusa Molinari — Chapadão do Sul, em 4.4.86
- Gastão Matias Liell — Chapadão do Sul, em 7.6.86
- Ildo de Almeida Monteiro — Chapadão do Sul, em 14.6.86
- João Felix Botsele — Chapadão do Sul, em 4.4.86
- José Odilo da Cruz - Chapadão do Sul, em 15.6.86
- Júlio Martins — Chapadão do Sul; em 5.4.86
- Jurema Medeiros da Cruz — Chapadão do Sul, em 14.6.86
- Pedro Lopes Medeiros — Chapadão do Sul, em 14.6.86
- Pedro Mariani Neto — Três Lagoas, em 6.6.86
- Sebastião Gomes — Chapadão do Sul, em 17.5.86
- Dr. Sérgio Kazmirczak — Chapadão do Sul, em 17.5.86
- Sueli Mariani — Três Lagoas, em 10.5.86
- Talcídia Leite Mariani — Três Lagoas, em 6.6.86

### 2. Fontes escritas

#### 2.1 Boletins:

- Anuário Estatístico, 1983
- Censo Demográfico, 1980

#### 2.2 Revistas

- O Grifo — Campo Grande, MS, janeiro, agosto e julho de 1979.
- Geografia do Brasil — REgião Centro-Oeste, IBGE
- Geografia do Brasil — Região Sul, IBGE



### 2.3 Jornais

● Cassilândia Jornal - 18.10.85; 28.8.85; 25.10.85;  
30.11.85; 11.3.86; 25.3.86; 27.5.86; 18.10.86

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de - **Agricultura e Capitalismo**. S.P., Ed. Ciências Humanas, 1979.
- BARAN, Paul A. - **A economia política do desenvolvimento**. Rio Zahar 1964.
- FOWEAKER, Joe - **A luta pela Terra**. Rio. Zahar, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos - **Quatro séculos de latifúndio**, S.P. Paz e Terra, 1981.
- GNACCARINI, José Cezar - **Latifúndio e Proletariado**. S.P. Ed. Polis, 1980.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis. Vozes, 1983. 3ª ed.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. S.P. Hucitec-Polis, 1984.
- MUNHOZ, Décio Garcia - **Economia Agrícola. Agricultura uma defesa dos subsídios**. Petrópolis. Vozes, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco. **Viva a corrupção**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio, Zahar, 1981.
- **O que é a questão agrária**. S.P. Brasiliense, 1981.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. S.P. Editora Nacional, 1968.
- SOUZA, Itamar. **Migrações Internas no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- SOARES, Luis Eduardo. **Campe sinato: Ideologia e Política**. Rio. Zahar, 1981.
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio. Zahar, 1980.

### RESUMO

Esta comunicação insere-se nos estudos de comunidade, mas em que se busca caracterizá-la a partir de suas relações sociais de produção e de suas relações técnicas de produção. Procura analisar o seu sistema econômico através dos elementos: produção, distribuição, intercâmbio e consumo. Visa, também, uma análise sobre o seu sistema de idéias, através das representações sociais, e do seu sistema de atitudes constituído pelos comportamentos. A construção dos dados empíricos baseia-se em elementos estatísticos, relatos e entrevistas. Foi possível perceber o processo de ocupação do território no Chapadão dos Gaúchos na dinâmica de expansão da agricultura brasileira, no ciclo econômico iniciado em 1967. Mas, encontrou-se uma diferença fundamental pelo fato de que as "novas terras" consideradas estagnadas inagricultáveis e sem valor comercial, portanto, passaram a ser utilizadas para lavouras por grandes proprietários e empresas com alto conheci-

mento tecnológico e grande capacidade de investimento, em região tradicionalmente pastoril. As mudanças verificaram-se não só no crescimento econômico da região como em formas próprias de organização da comunidade.

## RÉSUMÉ

Cette communication s'insère aux études de communautés, mais elle prétend caractériser ces communautés à partir de leurs relations sociales de production et de leurs relations techniques de la production. On essaye d'analyser le système économique à travers les éléments: de production, de distribution, de permutation et d'usage de consommation.

Elle vise aussi l'analyse du système des idées, par les représentations sociales à celle de son système des attitudes, qui sont développées pour les comportements.

La construction des données empiriques se fonde par les éléments statistiques, des rapports et des entrevues. Il a fait comprendre le procès d'occupation territorial au "Chapadão dos Gaúchos" pendant le mouvement de l'expansion de la agriculture brésilienne, au cycle, économique, commencé vers 1967.

Mais, on a trouvé quelque différence fondamentale à cause du motif dont les "nouvelles terres" jusqu'ici étaient considérées inactives, improductives et au même temps impossibilités d'exploration agricole et sans aucune valeur commerciale. Pourtant, elles ont passés être utiliser au travail du champs pour un grand nombre de hauts propriétaires et des établissements industriels de haut connaissance technologique, et d'une grande capacité d'investissement dans une région traditionnellement rustique.

Les changements n'ont vérifiés que seule l'augmentation économique comme d'une manière toute spéciale de l'organisation de la communautés.